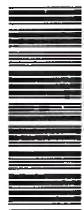


ADAM SMITH EM PEQUIM
ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI
GIOVANNI ARRIGHI

Tradução Beatriz Medina
Apresentação Theotônio dos Santos

SBD-FFLCH-USP



325737

Nas áreas urbanas, desde o fim da década de 1990, a “antiga” classe operária estatal reagiu às demissões em massa com uma onda de protestos que exigiu muitas vezes os padrões de justiça da tradição socialista e o contrato social da “tígela de arroz de ferro”, estabelecido entre a classe operária e o Estado e que predominou durante as quatro primeiras décadas da RPC. Na maioria dos casos, a combinação de repressão com concessão conteve facilmente essa onda de protestos. No entanto, mais recentemente, uma série de passeatas nunca vista anunciou a chegada da agitação ao “novo” operariado, que é formado principalmente por jovens migrantes e constitui a coluna vertebral dos setores exportadores chineses. Combinadas à agitação crescente dos trabalhadores urbanos do setor de serviços, essas duas ondas estão fazendo ruir a idéia comum no Ocidente de que “não há movimento trabalhista na China”: “hoje é possível ir a quase qualquer cidade do país”, observa Robin Munro, do *China Labour Bulletin*, “e encontrar ali grandes protestos coletivos de trabalhadores”. É um movimento trabalhista espontâneo e relativamente incipiente, mas o movimento trabalhista norte-americano também era assim em sua época áurea, na década de 1930⁴⁷.

Como observamos no capítulo 1, esse imenso surto de agitação social em áreas rurais e urbanas impôs um desafio totalmente novo aos líderes do PCC, e obrigou-os a mudar a retórica e a linha política para buscar um desenvolvimento mais equilibrado entre as áreas rurais e as áreas urbanas, entre as regiões, entre a economia e a sociedade, e, mais recentemente, a criar nova legislação trabalhista que visa aumentar os direitos dos trabalhadores. Se a mudança resgatará de fato a tradição socialista e redirecionará o desenvolvimento num sentido mais igualitário, só podemos especular. Entretanto, o que nos preocupa aqui não é tanto o destino da tradição socialista da China, mas sim as consequências mais amplas da ascensão chinesa para as relações entre as civilizações no mundo em geral. É para essas consequências que nos voltaremos agora.

Howard W. French, “20 Reported Killed as Chinese Unrest Escalates”, *The New York Times*, 9/12/2005; Joshua Muldavin, “In Rural China, a Time Bomb Is Ticking”, *International Herald Tribune*, 1/1/2006; Ching-Ching Ni, “Wave of Social Unrest Continues Across China”, *Los Angeles Times*, 10/8/2006; Mark Magnier, “As China Spews Pollution, Villagers Rise Up”, *Los Angeles Times*, 3/9/2006; idem, “China Says It’s Calmed Down”, *Los Angeles Times*, 8/11/2006; Ching Kwan Lee e Mark Selden, “Durable Inequality”.

⁴⁷ Brendan Smith, Jeremy Brecher e Tim Costello, “China’s Emerging Labor Movement”, ZNet, <<http://www.zmag.org>>, 9/10/2006. Sobre a onda de agitação anterior, ver Ching Kwan Lee, “From the Specter of Mao to the Spirit of the Law: Labor Insurgency in China”, e Ching Kwan Lee e Mark Selden, “Durable Inequality”. Quanto ao contraste entre as duas ondas, ver Beverly Silver, “Labor Uprisings: From Detroit to Ulsan and Beyond”, p. 445-7; idem, *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, p. 73-4.

EPÍLOGO

A questão central da qual partimos é se, e em que condições, a ascensão chinesa, com todas as suas imperfeições e prováveis reverses futuros, pode ser considerada o arauto daquela maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência européia ou não que Smith previu e defendeu há 230 anos. A análise desenvolvida neste livro indica uma resposta positiva, mas com algumas ressalvas importantes.

Como vimos nos capítulos 7 e 9, o surgimento da China como a verdadeira vencedora da guerra ao terror dos Estados Unidos resultou na inversão da influência dos dois países na Ásia oriental e no mundo em geral. Uma das expressões dessa inversão foi o que Joshua Cooper Ramo chamou de Consenso de Pequim: o surgimento, liderado pela China, de um “caminho para os outros países do mundo” não só se desenvolverem, mas também “se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas”. Ramo destaca duas características do novo Consenso que são especialmente atraentes para os países do Sul do globo. A primeira é a “localização”, o reconhecimento da importância de ajustar o desenvolvimento às necessidades locais, que diferem obrigatoriamente de um lugar para outro, em forte contraste com a receita “tamanho único” do Consenso de Washington, cada vez mais desacreditado; e a segunda é o “multilateralismo”, o reconhecimento da importância da cooperação entre os Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, mas que respeite as diferenças políticas e culturais, em forte contraste com o unilateralismo das políticas norte-americanas. Como destacou Arif Dirlik, essas características do Consenso de Pequim podem levar o mundo em direções radicalmente diferentes. Podem levar à formação de um novo Bandung, ou seja, uma nova versão da aliança do Terceiro Mundo nas décadas de 1950 e 1960, visando, como o anti-go, contrabalançar a subordinação econômica e política, mas adequado a uma

época de integração econômica global sem precedentes. Ou podem levar à cooperação dos Estados do Sul em alianças Norte-Sul que visem conter a subversão, liderada pela China, da hierarquia global da riqueza¹.

As alternativas mais "realistas" para a estratégia neoconservadora fracassada, que visavam conter a China e que foram discutidas no capítulo 10, indicam três tipos diferentes de aliança Norte-Sul. Cada um deles, argumentamos, tem seus problemas, o que resultou em políticas norte-americanas incoerentes em relação à China. Enquanto os Estados Unidos estiverem militarmente atolados na Ásia ocidental, é provável que persista a incoerência, independentemente de quem esteja no comando do galinheiro em Washington. Mas, implantadas com coerência ou não, todas as três estratégias têm potencial para fazer descarrilar a formação de uma nova aliança do Sul que seja capaz de contrabalançar o domínio do Norte.

O descarrilamento mais desastroso seria aquele implícito na estratégia do *tertius gaudens* de Pinkerton, que defende a reprise da primeira metade do século XX, quando os Estados Unidos se tornaram ricos e poderosos financiando e suprindo os Estados europeus em guerra entre si, com a diferença de que agora os Estados em guerra seriam asiáticos, e não europeus. O descarrilamento menos desastroso seria aquele implícito na estratégia de Kissinger, que vislumbra a cooptação da China numa ordem mundial reformada e centrada nos Estados Unidos, porque, se bem-sucedida, preservaria o domínio do Norte, mas pelo menos não lançaria a Ásia e o Sul do globo no caos e na guerra que o sucesso da estratégia do *tertius gaudens* acarretaria. Para o Sul, o custo e os riscos da estratégia de Kaplan – cercar a China com uma aliança militar encabeçada pelos Estados Unidos, numa reprise da Guerra Fria, mas dessa vez centrada na Ásia em vez da Europa – ficariam numa posição intermediária. Isso provocaria divisões profundas entre os países da Ásia e do hemisfério Sul, e traria de volta o risco do holocausto nuclear que a antiga Guerra Fria conseguiu evitar, mas obrigaria os Estados Unidos a tratar com certo respeito e a fazer certas concessões aos seus aliados do Sul, além de terem cautela ao provocar guerras em que se envolvessem diretamente. É claro que há outras possibilidades, algumas das quais já vêm sendo praticadas; mas todas são variantes ou combinações das estratégias de *tertius gaudens*, "cooptação" e "guerra fria"².

Não devíamos subestimar a tentação, para a China, de se contentar com a cooptação numa ordem mundial dominada pelos Estados Unidos ou pelo Norte e, para outros países do Sul, de buscar ou aceitar o apoio norte-americano em suas invejas e ciúmes mútuos. Mas também não devíamos superestimar o poder dos Estados Unidos, mesmo em conluio com a Europa, de ser bem-sucedido na implantação dessas estratégias. O fracasso no Iraque não confirmou somente os limites dos meios coercivos para impor a vontade do Norte contra a resistência do Sul. De modo mais importante no mundo capitalista, os alicerces financeiros do domínio dos Estados Unidos e do Norte estão fincados num terreno cada vez mais instável.

Nesse aspecto, a virada mais importante foi a crise financeira asiática de 1997 e 1998. Wade e Veneroso afirmaram que essa crise confirmou a validade da seguinte frase atribuída a Andrew Mellon: "Na depressão, o patrimônio volta ao seu justo proprietário".

A combinação imposta pelo FMI de desvalorizações enormes com liberalização financeira e a recuperação facilitada pelo mesmo Fundo podem ter precipitado a maior transferência de patrimônio, em tempos de paz, de proprietários nacionais para proprietários estrangeiros nos últimos cinquenta anos, no mundo inteiro, diminuindo as transferências de proprietários nacionais para proprietários norte-americanos na América Latina na década de 1980 e no México depois de 1994.³

Correto ao identificar os efeitos imediatos da crise, o diagnóstico errou totalmente nos efeitos a longo prazo sobre as relações Norte-Sul e sobre a capacidade do FMI de facilitar ainda mais a transferência do patrimônio do Sul para proprietários do Norte. Como mostra a Figura 7.1, a crise de 1997 e 1998 marca o início de uma enorme bifurcação entre o déficit do Norte e o superávit do resto do mundo nas transações correntes de seus respectivos balanços de pagamentos. A bifur-

a Índia no campo da tecnologia espacial e nuclear com uso duplo tinha o objetivo imediato de bloquear o gasoduto entre Irã, Paquistão e Índia e isolar o Irã e, ao mesmo tempo, romper uma ligação Sul-Sul de grande valor simbólico e material. Ver Ravi Palat, "India Suborned: The Global South and the Geopolitics of India's Vote Against Iran", *Japan Focus*, 24/10/2005. Do mesmo modo, os Estados Unidos e a União Europeia cooptaram a Índia e o Brasil para um agrupamento informal conhecido como Cinco Partes Interessadas (em inglês, Five Interested Parties, FIPs), formado pelos quatro países mais a Austrália, com o intuito de transformar esses dois países, líderes de uma aliança nascente no Sul, em parceiros de uma aliança entre Norte e Sul, na conferência iminente da OMC em 2005, em Hong Kong (Focus on the Global South, "The End of an Illusion: WTO Reform, Global Civil Society and the Road to Hong Kong", *Focus on Trade*, n. 108, abril de 2005).

³ Robert Wade e Frank Veneroso, "The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex", p. 3-22.

¹ Joshua Cooper Ramo, *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*, p. 3-4; Arif Dirlik, "Beijing Consensus: Beijing 'Gongshi': Who Recognizes Whom and to What End?", p. 5-6.

² É claro que essas estratégias podem se voltar não só contra a China, como também contra outros Estados ou vínculos Sul-Sul em geral. Assim, parece que a oferta norte-americana de cooperação com

cação reflete o fato de que há cada vez menos mercadorias e serviços que o Norte, principalmente os Estados Unidos, possa produzir a preço mais baixo que o resto do mundo. Boa parte do superávit do resto do mundo ainda flui para o entreposto financeiro norte-americano, tanto para financiar o déficit cada vez maior dos Estados Unidos quanto para ser reinvestido no mundo inteiro, inclusive no Sul do globo. Mas parte significativa e crescente desse superávit tem evitado o entreposto norte-americano, tanto para aumentar suas reservas cambiais quanto para correr diretamente para outros destinos no Sul, reduzindo assim o domínio do FMI e de outras instituições financeiras controladas pelo Norte sobre os países do Sul⁴.

Inundados de dinheiro e ansiosos por recuperar o controle da política econômica, os países do Sul compraram suas dívidas de volta, reduzindo o portfólio de empréstimos do FMI ao nível mais baixo desde a década de 1980. Essa redução do portfólio de empréstimos, como observa o *Wall Street Journal*, “diminuiu muito a influência do FMI sobre a política econômica global”, força-o a passar da “chave de braço” para a “persuasão” e reduz a receita dos juros e a reserva monetária. “Numa ironia que fez rir muitos ministros da Fazenda [do Sul], o órgão que durante tanto tempo pregou o aperto do cinto agora terá de praticá-lo em si mesmo.”⁵

Apesar da compra maciça de títulos do Tesouro norte-americano, a China desempenhou o papel principal tanto no redirecionamento do superávit do Sul para destinos no próprio Sul quanto na apresentação aos países vizinhos e distantes do hemisfério Sul alternativas atraentes para o comércio, os investimentos e o auxílio dos países e das instituições financeiras do Norte. “Aí vem um novo jogador muito forte, com potencial para mudar a paisagem do auxílio internacional ao desenvolvimento”, observou o diretor do Asian Development Bank (ADB) pouco depois que a China anunciou um extraordinário pacote de empréstimos anuais de 2 bilhões de dólares às Filipinas durante um período de três anos (o que

fez os 200 milhões de dólares oferecidos pelo Banco Mundial e pelo ADB parecerem piada); superou facilmente o empréstimo de 1 bilhão de dólares em negociação com o Japão; e protegeu as Filipinas do desfavor de Washington quando o presidente Arroyo retirou seus soldados do Iraque. Esse foi apenas um dos muitos e cada vez mais frequentes acordos com os países do Sul em que a China supera as entidades do Norte com ofertas mais generosas de acesso aos seus recursos naturais, empréstimos maiores com menos exigências políticas e taxas de administração e projetos grandes e complicados de infra-estrutura em regiões distantes por até a metade do custo dos concorrentes do Norte⁶.

Para suplementar e complementar as iniciativas chinesas, os países ricos em petróleo também estão redirecionando seu superávit para o Sul. Tem sido de grande importância política e simbólica o fato de a Venezuela estar usando a receita extra obtida com o preço elevado do petróleo para livrar os países latino-americanos da subordinação aos interesses do Norte.

Quando a Argentina precisou de empréstimos para dar adeus ao Fundo Monetário Internacional, a Venezuela cedeu-lhe 2,4 bilhões de dólares. A Venezuela comprou 300 milhões de dólares em títulos do Tesouro do Equador. Historicamente, Washington sempre teve enorme influência sobre a política econômica da América Latina por meio do controle das principais fontes de crédito, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O papel da Venezuela como novo “emprestador de último recurso” reduziu essa influência.⁷

Tem sido igualmente importante e, em termos potenciais, mais prejudicial para o domínio financeiro do Norte o interesse recentemente demonstrado pela Arábia Saudita e por outros países da Ásia ocidental em retirar dos Estados Unidos e da Europa pelo menos uma parte de seus superávits e redirecioná-los para o sul e para o leste da Ásia. Segundo banqueiros ocidentais, “estamos vendo, com toda a certeza, um grande salto em termos de fluxo de negócios entre o Oriente Médio e a Ásia, em particular o sul da Ásia e a China”. Embora, por enquanto, os investidores da Ásia ocidental não estejam retirando seu dinheiro dos Estados Unidos, “muito dinheiro novo gerado pelo preço mais elevado do petróleo não está indo para a América do Norte”. As razões disso são em parte políticas: a impopularidade da guerra no Iraque e fatos como as reações nos Estados Unidos as quais obrigaram uma

⁶ Jane Perlez, “China Competes With West in Aid to Its Neighbors”, *The New York Times*, 18/9/2006; Victor Mallet, “Hunt for Resources in the Developing World”, *Financial Times*, 12/12/2006.

⁷ Mark Weisbrot, “The Failure of Hugo-bashing”, *The Los Angeles Times*, 9/3/2006. Ver também Noam Chomsky, “Latin America and Asia are Breaking Free of Washington’s Grip”, *Japan Focus*, 15/3/2006.

⁴ A devastação das crises financeiras do passado contribuiu decididamente para o aumento das reservas monetárias dos países de renda baixa e média. Para a maioria deles, “essas reservas são simplesmente um seguro contra os desastres financeiros. Uma longa lista de países em desenvolvimento sofreu crises devastadoras nos últimos quinze anos: México em 1994; Tailândia, Indonésia e outros países asiáticos em 1997; Rússia em 1998; Brasil em 1999; e Argentina em 2002 [...]. Quando a poeira baixou sobre as ruínas de muitas ex-economias ‘emergentes’, os elaboradores de políticas do mundo em desenvolvimento adotaram novo credo: acumular o máximo possível de moeda estrangeira” (Eduardo Porter, “Are Poor Nations Wasting Their Money on Dollars?”, *The New York Times*, 30/4/2006; idem, “Another Drink? Sure. China Is Paying”, *The New York Times*, 5/6/2005; Frederick Kempe, “Why Economists Worry About Who Holds Foreign Currency Reserves”, *The Wall Street Journal*, 9/5/2006).

⁵ Matt Moffett e Bob Davis, “Booming Economy Leaves the IMF Groping for Mission”, *The Wall Street Journal*, 21/4/2006.

empresa portuária de Dubai a vender propriedades norte-americanas depois de ter comprado a operadora portuária britânica P&O. Contudo, a razão mais forte é estritamente econômica: a China e todas as economias asiáticas que estão crescendo rapidamente querem o petróleo da Ásia ocidental, e o capital e a liquidez que foram gerados por esse petróleo na Ásia ocidental estão buscando investimentos com retorno maior do que aquele oferecido pelos títulos do Tesouro norte-americano⁸.

Quando, na reunião anual do ADB em maio de 2006, Manmohan Singh, primeiro-ministro da Índia, conclamou os países asiáticos a redirecionar seus superávits para projetos de desenvolvimento na Ásia, um observador norte-americano achou o discurso "espantoso": "o arauto do fim do dólar e da hegemonia norte-americana"⁹. Meu argumento no capítulo 7 indica uma direção um tanto diferente: com toda a probabilidade, a hegemonia norte-americana, ao contrário da pura dominação, já acabou; mas assim como a libra esterlina continuou a ser usada como moeda internacional durante três ou quatro décadas depois do fim da hegemonia britânica, acontece o mesmo com o dólar. Entretanto, a questão realmente importante aqui não é se os países asiáticos e do hemisfério sul continuarão a usar dólares americanos como base de câmbio, coisa que provavelmente continuarão a fazer, em extensão que desconhecemos, ainda por muito tempo. A questão é, ao contrário, se eles continuarão a colocar o superávit de seus balanços de pagamentos à disposição dos órgãos controlados pelos Estados Unidos para ser transferido em instrumento de dominação do Norte ou se o usarão como instrumento de emancipação do Sul. Desse ponto de vista, não há nada de espantoso na declaração de Singh, que apenas dá suporte a uma prática que já vem ocorrendo. Na verdade, o espantoso é a falta de noção, tanto no Sul quanto no Norte, de até que ponto a contra-revolução monetarista do início da década de 1980 saiu pela culatra e criou condições mais favoráveis do que nunca para que um novo Bandung de vida à comunidade de civilizações que Smith vislumbrou há tanto tempo.

Afinal, um novo Bandung pode fazer o que o velho não conseguiu: mobilizar e usar o mercado global como instrumento de equalização das relações de poder entre Norte e Sul. As bases do antigo Bandung eram estritamente político-ideológicas e, sendo assim, foi fácil destruí-las com a contra-revolução monetarista. As bases do Bandung que pode estar surgindo agora, por outro lado, são basicamente econômicas e, como tais, mais sólidas. Como disse Yashwant Sinha, ex-ministro do Exterior indiano, num discurso em 2003:

No passado, o envolvimento da Índia com boa parte da Ásia, inclusive com o sudeste e o leste do continente, foi construído sobre a concepção idealista da irmandade asiática, que se baseava em experiências comuns de colonialismo e em laços culturais [...]. Hoje, contudo, o ritmo da região é determinado tanto pelo comércio, pelo investimento e pela produção quanto pela história e pela cultura.¹⁰

Nessas circunstâncias, a resistência do Norte à subversão da hierarquia global de riqueza e poder só pode ter sucesso com a colaboração generalizada do Sul. Nesse aspecto, é fundamental o que a China e a Índia, que respondem sozinhas por mais de um terço da população do mundo, decidirão fazer. Num comentário feito no *International Herald Tribune* sobre a notícia de que China e Índia estão fazendo investimentos imensos na economia uma da outra, Howard French perguntou de maneira bastante sagaz: "Se alguém dá algum crédito à noção de destruição criativa, o que poderia ser mais destrutivo para o *status quo* global?"

Somando mais de 2,3 bilhões de pessoas, o acordo entre Índia e China, segundo quase todos os padrões, faz daquele item um candidato instantâneo a *status* de padrão global. O que isso significa em termos práticos? Que o sucessor de um produto onipresente como o Microsoft Office poderá muito bem ser chinês [...]. Pode significar que o padrão dos celulares do futuro será decidido em conjunto na Ásia e não na Europa ou nos Estados Unidos [...]. O que isso claramente já significa é que essa história de o clube dos ricos – os Estados Unidos, as economias mais fortes da Europa ocidental e o Japão – determinar o ritmo do resto do mundo, distribuindo instruções e dando notas, está com os dias contados.¹¹

Sim, é isso mesmo que significa, mas desde que os grupos dominantes do hemisfério Sul em geral, e da China e da Índia em particular, abram um caminho capaz de emancipar não só seus países como o mundo todo da devastação social e ecológica provocada pelo desenvolvimento capitalista ocidental. Uma inovação de tamanha importância histórica mundial exige certa consciência da impossibilidade de levar os benefícios da modernização à maioria da população mundial, a não ser que, para parafrasearmos Sugihara, o caminho ocidental de desenvolvimento convirja para o caminho da Ásia oriental, e não o contrário. Essa descoberta não é nova. Há quase oitenta anos, em dezembro de 1928, Mohandas Gandhi escreveu:

¹⁰ Citado em Anand Giridharadas, "India Starts Flexing Economic Muscle", *International Herald Tribune*, 12/5/2005.

¹¹ Howard W. French, "The Cross-pollination of India and China", *International Herald Tribune*, 10/11/2005.

⁸ Heather Timmons, "Asia Finding Rich Partners in Mideast", *The New York Times*, 1/12/2006.

⁹ Anand Giridharadas, "Singh Urges Asian Self-reliance", *International Herald Tribune*, 5/5/2006.

Que Deus impeça a Índia de adotar a industrialização à maneira do Ocidente. Hoje, o imperialismo econômico de um reino insular minúsculo [Inglaterra] mantém o mundo acorrentado. Se toda uma nação de 300 milhões de pessoas [a população da Índia na época] adotasse exploração econômica semelhante, devastaria o mundo como uma nuvem de gafanhotos.¹²

Na época, Gandhi já sabia o que muitos líderes da emancipação do Sul ainda têm de aprender ou esqueceram: o sucesso ocidental do caminho extrovertido da Revolução Industrial baseou-se na exclusão da imensa maioria da população mundial do acesso aos recursos naturais e humanos necessários para que ela se beneficiasse da industrialização global e não a custeasse. Assim, o caminho da Revolução Industrial nunca foi opção para essa maioria. As considerações de Elvin sobre as vantagens e as desvantagens desenvolvimentistas do imenso mercado nacional da China no século XVIII demonstram o absurdo da opinião contrária, ainda dominante entre historiadores e cientistas sociais em todo o espectro ideológico. O tamanho gigantesco do mercado da China criou oportunidades para a divisão social do trabalho que não existiam em mercados menores, mas também impediu inovações factíveis em economias menores. Entre 1741 e o início da década de 1770, por exemplo, a adoção da fiação mecânica triplicou o consumo de algodão cru na Grã-Bretanha.

Realizar na China essa triplicação num mesmo período de mais ou menos trinta anos iria além da capacidade mundial de produção de algodão no século XVIII. Entre 1785 e 1833, a província de Kwang-tung, sozinha, importava da Índia seis vezes mais algodão em média do que a Grã-Bretanha inteira usava por ano na época da primeira rodada de água de Arkwright. E, ainda, uma expansão das exportações chinesas de tecido de algodão comparável à da Grã-Bretanha no século XVIII, tanto em rapidez quanto em tamanho do mercado interno, seria grande demais para o poder de compra disponível no mundo naquela época.¹³

Em outras palavras, o sucesso econômico da Revolução Industrial da Grã-Bretanha dependeu do tamanho pequeno, tanto relativo quanto absoluto, da economia britânica. O tamanho pequeno absoluto fez que determinado aumento da importação de algodão cru e da exportação de manufaturas de algodão se traduzisse numa taxa de crescimento da economia muito mais alta do que numa economia do tamanho da China. E o tamanho pequeno com relação à economia global fez que o resto do mundo pudesse fornecer os recursos naturais e comprar os pro-

duto necessários para sustentar a taxa elevada de crescimento numa extensão que seria inconcebível no caso da China. Se os governantes da China no período Qing fossem insanos o bastante para seguir as pegadas da Grã-Bretanha no caminho extrovertido da Revolução Industrial, teriam sido levados de volta à sanidade pela explosão do custo das importações, pela queda do preço das exportações e por tensões sociais insuportáveis dentro do país, muito antes de terem a chance de “devastar o mundo como uma nuvem de gafanhotos”.

Duzentos anos depois, a China e a Índia enfrentam o mesmo problema, porém com maior intensidade. A substituição da ilha minúscula do Reino Unido pela ilha continental dos Estados Unidos como líder do caminho da Revolução Industrial resultou num aumento ainda maior da intensidade do uso dos recursos naturais não só na produção, como no consumo. Esse aumento maciço foi possível porque a imensa maioria da população mundial foi excluída dos padrões de produção e de consumo determinados pelos Estados Unidos. Mas assim que uma pequena minoria da população chinesa (e outra ainda menor da população indiana) conquistou acesso parcial a esses padrões, a validade da tese de Gandhi tornou-se óbvia para todos, menos para os defensores mais obtusos do modo de vida norte-americano. “O mundo, afinal de contas, não agüenta dois países [de grande população] que se comportem como os Estados Unidos. Falta o clima [...] e faltam também recursos.” Bill McKibben diz que isso é uma “tragédia”.

[porque] a China, na verdade, está conseguindo algum bem mensurável com o crescimento. A população está comendo mais carne, mandando os [filhos] para a escola, aquecendo as cabanas. Enquanto isso, nós queimamos nove vezes mais energia per capita para ter ar-condicionado em salões de jogos e cortar grama de jardins de meio acre, usar picapes grandes e luxuosas para ir até a esquina, comer tomates que vêm de avião do Chile [...]. E é por isso que, quando se está na China, parece intuitivamente óbvio que o objetivo do século XXI é dar um jeito de desenvolver a economia das regiões mais pobres do mundo e, ao mesmo tempo, *subdesenvolver* a dos ricos [...], usando menos energia para que eles possam usar mais, e comendo menos carne para que eles possam comer mais [...]. Mas tente imaginar a possibilidade política nos Estados Unidos [...] de se admitir que não há espaço para que dois países se comportem dessa maneira, e que não temos direito ao nosso estilo de vida só porque chegamos primeiro. O pai do atual presidente [George Bush pai] anunciou, a caminho da conferência no Rio que deu origem ao protocolo de Kyoto, que “o modo de vida norte-americano não está sujeito a negociações”. Eis aí o que define uma tragédia.¹⁴

¹² Citado em Ramachandra Guha, *Environmentalism: A Global History*, p. 22.

¹³ Mark Elvin, *The Pattern of the Chinese Past*, p. 313-4.

¹⁴ Bill McKibben, “The Great Leap: Scenes from China’s Industrial Revolution”, p. 52.

No fim das contas, o último ato da tragédia, encenado no Iraque, mostrou que os Estados Unidos não têm o poder de impor coercivamente ao mundo o seu direito a um modo de vida extravagante e, portanto, têm de pagar cada vez mais caro para preservá-lo¹⁵. Mas o fato é que nem mesmo um quarto da população da China e da Índia pode adotar o modo norte-americano de produzir e consumir sem matar por sufocação a si mesmo e ao resto do mundo. Também nesse aspecto os novos líderes da República Popular da China mostraram ter mais consciência que seus antecessores sobre os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico que faz uso intensivo de energia. Foram criadas “cidades-modelo” que visam especificamente à proteção ambiental; florestas estão sendo replantadas; o plano quinquenal de 2006-2010 tem o objetivo ambicioso de reduzir em 20% o uso de energia na economia; e, com esse fim, foi anunciada uma política industrial de longo alcance, que proíbe 399 subsetores industriais e restringe outros 190. Ainda assim, não se sabe como essas e outras medidas poderão restaurar o equilíbrio ecológico gravemente comprometido se, como se espera, nos próximos quinze anos 300 milhões de moradores rurais ou mais se mudarem para as cidades, onde frotas cada vez maiores de veículos motorizados tomam o lugar das bicicletas¹⁶.

Em resumo, inspirando-se demais no caminho ocidental de consumo excessivo de energia, o rápido crescimento econômico da China ainda não criou para si e para o mundo um caminho de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Essa inspiração não só ameaça dar um fim prematuro ao “milagre econômico”, em razão da pressão sobre os recursos já escassos (como ar e água limpos), como também, o que é mais importante, ela é a causa e o resultado da clivagem cada vez maior entre os que têm condições de se apropriar dos benefícios do rápido crescimento econômico e os que têm de pagar o preço por ele. Como vimos no capítulo 12, essa clivagem resultou numa grande onda de agitação popular, na qual as reclamações ecológicas se agigantaram e provocaram importante reorientação das políticas chinesas para o desenvolvimento mais equilibrado entre

as áreas rurais e as áreas urbanas, entre as regiões e entre a economia e a sociedade. Só precisamos acrescentar, para concluir este nosso estudo, que o resultado final dessa reorientação tem importância fundamental para o futuro não só da sociedade chinesa, como também da sociedade mundial.

Se essa reorientação conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não-humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas, então existe a possibilidade de que a China esteja em posição de contribuir decisivamente para o surgimento de uma comunidade de civilizações que de fato respeite as diferenças culturais. Mas se a reorientação fracassar, a China pode se transformar num novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global esmagador ou, para parafrazeamos Schumpeter mais uma vez, de ajudar a humanidade a queimar nos horrores (ou glórias) da escalada de violência que acompanhou o fim da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria.

¹⁵ No apoio ávido à guerra contra o Iraque, Rupert Murdoch, o barão da imprensa, observou que a redução do preço do petróleo de 30 para 20 dólares seria uma boa coisa para a economia norte-americana (D. Kirkpatrick, “Mr. Murdoch’s War”, *The New York Times*, 7/4/2003). O fato de, após quatro anos de guerra, o preço do petróleo ter dobrado é bom indicio do fracasso da tentativa dos Estados Unidos de impor coercivamente seu direito ao consumo destemperado de energia.

¹⁶ Lester R. Brown, “A New World Order”, *The Guardian*, 25/1/2006; *Quarterly Update*, World Bank Office, Pequim, fevereiro de 2006, p. 13-6; Keith Bradsher, “China Set to Act on Fuel Economy”, *The New York Times*, 18/11/2003; James Kynge, “New Agenda for a New Generation”, *Financial Times*, 16/12/2003; Andreas Lorenz, “China’s Environmental Suicide: A Government Minister Speaks”, *openDemocracy*, 5/4/2005.